

**Entrevista: "Sem reforma tributária, país pagará preço alto"**

O deputado federal Germano Rigotto (PMDB-RS) conta em detalhes como foi elaborada a proposta de reforma tributária aprovada por comissão especial da Câmara. (Páginas 6 e 7)



Editorial	Pág. 2
Calendário Contábil	Pág. 8
Exame de Suficiência	Pág. 9
Novos Manuais	Pág. 9



# JORNAL DO CFC

ANO 4, Nº 36, ABRIL DE 2001

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

## Câmara oficializa CFC como gestor da Contabilidade



Deputado Antônio Kandir (PSDB-SP), relator da Lei das S.A.

O Conselho Federal de Contabilidade e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) vão dividir responsabilidades na elaboração de estudo de divulgação dos princípios, procedimentos e padrões de Contabilidade. O projeto da nova Lei das Sociedades Anônimas, aprovado pela Câmara dos Deputados, incluiu no Comitê de Padrões Contábeis, além do CFC e CVM, entidades representativas de empresas de auditoria, universidades e institutos de pesquisa.

A proposta aprovada pela Câmara foi enviada ao Senado Federal. Os deputados decidiram que o Comitê terá uma maioria de contadores e a sua coordenação será escolhida pelo ministro da Fazenda.

Para conseguir suas reivindicações, o CFC fez um trabalho eficiente de acompanhamento do projeto. A Câmara também aprovou uma emenda que permite o acesso, pelo CFC, aos papéis de trabalho das empresas de auditoria contábil e dos auditores contábeis independentes.

O presidente do CFC, José Serafim Abrantes, disse que dividir "as responsabilidades com outras entidades na elaboração das normas contábeis significa um avanço no trabalho realizado pelo Conselho ao longo dos últimos anos".

(Página 3)

### Um perfil ideal para o dirigente do Sistema CFC/CRCs

Habilidade política, história profissional e pessoal, anseios, credibilidade, disponibilidade, ética, oratória, poder de convencimento e habilidade para atrair simpatizantes.

Estes são os valores, na visão do presidente do CFC, José Serafim Abrantes, que devem ter todos os candidatos a cargos de direção no Sistema CFC/CRCs.

A partir deste número do **Jornal do CFC**, será publicada a opinião de profissional especializado sobre as qualidades ideais de um futuro dirigente.

O motivo para a elaboração e discussão deste perfil surgiu durante o XVI Congresso Brasileiro de Contabilidade, realizado em Goiânia em outubro do ano passado. Trata-se da Responsabilidade Social.

Ou seja, para que o trabalho do contabilista possa ter crédito diante da sociedade, o profissional deve dar o exemplo dentro da categoria, isto é, deve fazer, e bem, o dever de casa.

Em decorrência dessa responsabilidade, não será tarefa simples o profissional mostrar a transparência, eficiência e credibilidade. É uma tarefa que requer, além de técnica apurada, coragem e ética.

O artigo que inaugura a série sobre o perfil ideal do dirigente do Sistema CFC/CRCs é assinado pelo presidente José Serafim Abrantes.

(Página 5)

### TCU e CFC, unidos pela LRF



Os presidentes José Serafim Abrantes e Humberto Souto analisam proposta para formar especialistas na Lei de Responsabilidade Fiscal. (Página 4)

A Associação Interamericana de Contabilidade (AIC) terá financiamento do BID para projetos vinculados à educação e ao controle de qualidade do trabalho contábil nos 21 países associados à AIC. Os resultados do pedido feito ao BID serão acompanhados por técnicos e consultores da AIC e do Conselho Federal de Contabilidade. (Página 12)

Veja ainda:

- Projeto que dispensa escrituração contábil tem parecer contrário em comissão da Câmara do Deputados. (Página 4)
- Os contabilistas estão entre os principais usuários da Rede Governo, site da internet que concentra os serviços do governo. (Página 10)
- O CFC inicia a implantação de projeto de Educação a Distância. (Página 11)
- Conheça dois novos livros sobre Contabilidade que estão sendo lançados no país. (Página 12)

## CFC EDITORIAL

## Para aperfeiçoar o conhecimento dos gestores

&gt; José Serafim Abrantes \*

Estamos nos encaminhando para um futuro bem melhor para a nossa profissão. O caminho que estamos trilhando, isto os senhores podem ter certeza, é o mais sensato, o mais viável: é o caminho do conhecimento.

Não por acaso, este século que ora se inicia, já começa por se caracterizar como sendo marcado pelo conhecimento. E quando se fala em conhecimento, ele tem de ser o mais universalizante possível. Não podemos mais departamentalizar as nossas faculdades cognitivas. Já não nos basta termos um conhecimento técnico reconhecido, já não nos basta uma eficiência operacional, campos em que temos predominado.

Nesse sentido, estamos, cada vez mais, abandonando uma perspectiva “de escritório” para uma visão mais ampla dos acontecimentos. E o sinal mais visível dessa expansão se nos apresenta com a Responsabilidade Social, que é a semente do futuro. Por isso, se torna cada vez mais óbvio que é certa nossa opção pela continuidade dos programas de Educação Continuada.

Este nosso programa, que tem tido um bom grau de sucesso, visa não apenas atingir somente os profissionais contabilistas que lutam no dia-a-dia, mas também a maior qualificação daqueles que se candidatam a cargos eletivos dentro do Sistema CFC/CRCs. De agora em diante, nas edições do nosso **Jornal do CFC**, passaremos a ter um artigo assinado por especialistas de determinadas áreas sobre temas de formação ética, política, econômica, etc. Os artigos terão como



objetivo instigar nossa reflexão sobre os nossos pontos fortes, virtudes, potencialidades, mas também chamar a atenção sobre os eventuais pontos fracos, que necessitam de maior cuidado nessa empreitada.

Um bom sinal do sucesso dessa nossa opção de melhor projetar o CFC perante outras instituições pode ser medido pela grande sintonia que conquistamos juntos no Núcleo de Estudos Contábeis e Tributários da Câmara dos Deputados, presidido pelo deputado Germano Rigotto. Fomos até a Câmara mostrar a nossa disposição para o deputado, que nos retribuiu a visita no dia da nossa Plenária de março de 2001.

Uma boa leitura.

\* é presidente do CFC

## CFC CARTAS

## Imagem distorcida

“Lendo a reportagem da revista Você S.A., de fevereiro deste ano, página 121, no artigo ‘Os pés primeiro’, escrito pelo sr. Carlos A. Diniz, da Spencer & Stuart, não pude deixar de notar a conotação que ele dá à profissão do contador. Como recrutador, esse senhor deveria ter uma idéia melhor sobre a classe contábil, sua importância para a sociedade e, principalmente, para uma empresa. Diz ele “que o rapaz da foto deveria trabalhar no departamento contábil pelo desleixo com seus sapatos e que este é piegas, pouco imaginativo e conservador”. É esta a imagem que ele tem de um contador???”

Vera Obregão de Oliveira  
Acadêmica do Curso de Ciências Contábeis da UNIJUI - Ijuí - RS

## Agradecimentos

“Venho através desta externar meus sinceros agradecimentos no que diz respeito a prática do Exame de Suficiência. Este instrumento de avaliação pode selecionar melhor os nossos profissionais. Atitude esta, tomada por todo o corpo administrativo do CFC. Essa sim é a postura correta se queremos ser vistos e ouvidos pela sociedade. Sou estudante de Ciências Contábeis no Instituto Cuiabano de Educação - MT. Estou concluindo este ano, e tenho certeza que com este

**Este espaço pertence aos leitores do Jornal do CFC. É por meio dele que será feita a interação entre a vontade do leitor e os editores do Jornal. Para incentivar este diálogo, cartas, opiniões, sugestões e pedidos serão bem-vindos. Os editores.**

Conselho Federal de Contabilidade – SAS - Quadra 5 - Bloco J - Ed. CFC,  
Tel; (61) 314-9600 - Fax: (61) 226-6547 – Cep 70070-920 - Brasília-DF  
e-mail: comsocial@cfc.org.br

aprendizado terei inúmeras ofertas de trabalho. Atenciosamente”.

Paulino Júnior / Cuiabá - MT

## Mestrado e doutorado

“Após ler a reportagem “Novos mestres e doutores no ensino da Contabilidade”, onde o Jornal do CFC (ano 4 - número 3 - fevereiro de 2001) foi feliz na divulgação do trabalho do Conselho Federal de Contabilidade, despertou-me o interesse pela formação em mestrado e doutorado em Contabilidade. Para tanto, gostaria de obter mais dados sobre como fazer inscrição.”

Ademar S. P. Júnior / Estudante da Universidade Estadual de Montes Claros (MG)

## Cargos no governo

“Ao ler a entrevista do chefe da Secretaria de Controle Interno do Ministério da Fazenda, Domingos Poubel de Castro, no Jornal do CFC nº 34, de fevereiro, não me contive, pois sei da situação dos verdadeiros contabilistas no serviço público federal. A remuneração inicial nesses cargos no governo federal é de R\$ 400,00 para o técnico e de R\$ 700,00 para o contador. E não venham me dizer que auditores e analistas do governo possuem contadores nos seus quadros, pois qualquer profissional de nível superior pode ocupar esses cargos.

Josemar M. de Miranda - Contabilista

## CFC EXPEDIENTE

JORNAL DO CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE - CFC  
BRASÍLIA - DF  
ANO 4 - NÚMERO 36 - ABRIL DE 2001

## Presidência

Presidente  
José Serafim Abrantes

Vice-presidente de Administração  
Delza Teixeira Lema

Vice-presidente Operacional  
José Martônio Alves Coelho

Vice-presidente de Controle Interno  
Daniel Salgueiro da Silva

Vice-presidente de Registro e Fiscalização  
Alcedino Gomes Barbosa

Vice-presidente Técnico  
Olivio Koliver

## Conselheiros Efetivos

Contador Alcedino Gomes Barbosa  
Contador Antonio Carlos Morais da Silva  
Contador Daniel Salgueiro da Silva  
Contadora Delza Teixeira Lema  
Contador Dorgival Benjoino da Silva  
Contador José Martônio Alves Coelho  
Contador José Serafim Abrantes  
Contador Olivio Koliver  
Contador Raimundo Neto de Carvalho  
Contador Washington Maia Fernandes  
Téc. Cont. Gil Nazareno Losso  
Téc. Cont. Marta Maria Ferreira Arakaki  
Téc. Cont. Mauro Manoel Nóbrega  
Téc. Cont. Paulo Viana Nunes  
Téc. Cont. Waldemar Ponte Dura

## Conselheiros Suplentes

Contador Edilton José da Rocha  
Contador Francisco de Assis Azevedo Guerra  
Contador Gastão Brock  
Contador João Batista Lobato  
Contador Jomar da Silva Marques  
Contador José Antonio de Godoy  
Contador Liduino Cunha  
Contadora Maria do Socorro Bezerra Mateus  
Contador Solindo Medeiros e Silva  
Contadora Verônica Cunha de Souto Maior  
Téc. Cont. Edeno Teodoro Tostes  
Téc. Cont. Gaitano Laertes P. Antonaccio  
Téc. Cont. José Augusto Costa Sobrinho  
Téc. Cont. Luilson Gomes da Silva  
Téc. Cont. Windson Luiz da Silva

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE  
SAS - QUADRA 5 - BLOCO J - Ed. CFC  
TEL: (61) 314-9600 - FAX: (61) 322-2033  
CEP 70070-920 - BRASÍLIA-DF  
Endereço eletrônico: [www.cfc.org.br](http://www.cfc.org.br)  
e-mail: [cfc@cfc.org.br](mailto:cfc@cfc.org.br)

## JORNAL DO CFC

SUPERVISÃO EDITORIAL: AP Video Comunicação Ltda.  
JORNALISTA RESPONSÁVEL: Marccio W. Varella -  
MTb 108/2/20  
PROJETO GRÁFICO: Anagraphia Design  
e-mail: [comsocial@cfc.org.br](mailto:comsocial@cfc.org.br)  
Brasília-DF  
Ano 4 - Número 36  
Abril de 2001  
Tiragem: 64.000 exemplares

## Contadores são maioria no Comitê de Padrões Contábeis

Um trabalho de acompanhamento insistente e eficiente com as principais lideranças parlamentares do país, tendo à frente o presidente do Conselho Federal de Contabilidade, José Serafim Abrantes, deu aos contadores uma posição de destaque no Comitê de Padrões Contábeis, criado pelo Projeto de Lei 3.115-B/97 (Lei das S.A.), aprovado no dia 28 de março último pelo plenário da Câmara dos Deputados. A nova Lei das Sociedades Anônimas teve 374 votos a favor, 30 contra e uma abstenção. O projeto agora segue para o Senado. O texto aprovado na Câmara criou o Comitê de Padrões Contábeis (CPC), que terá (se for aprovado no Senado e depois sancionado pelo presidente da República) por objeto o estudo, a elaboração e a divulgação de princípios, procedimentos e padrões de Contabilidade.

**MAIORIA DE CONTADORES** - O CPC será integrado por nove membros, a maioria formada por contadores, e será integrado pelo órgão federal de fiscalização do exercício da profissão contábil (CFC), pelo órgão regulador do mercado de capitais (Comissão de Valores Mobiliários - CVM), por entidades nacionais representativas de quem elabora, audita e analisa informações e demonstrações contábeis e por universidades e institutos de pesquisa. O coordenador do CPC será nomeado pelo ministro da Fazenda. O Comitê vai deliberar por maioria de votos e estabelecer em regimento próprio a sua estrutura, recursos e as condições de seu funcionamento.

Para o presidente do CFC, José Serafim Abrantes, dividir o Comitê com os técnicos da CVM vai resultar “em ganho para toda a sociedade. Teremos as inteligências brilhantes de professores universitários também, que, com certeza, elevarão bastante o nível do trabalho”.

**ACESSO AOS PAPÉIS** - Das 56 emendas apresentadas ao projeto, apenas quatro foram aprovadas. E uma delas, apresentada pelo deputado Pedro Eugênio (PSB-PE), coloca à disposição do Conselho Federal de Contabilidade os papéis de trabalho elaborados por empresas de auditoria contábil e auditores contábeis independentes.

Os papéis deverão ser mantidos em perfeita ordem e estado de conservação pelo prazo mínimo de cinco (cinco) anos. “O acesso do CFC a esses papéis é uma grande vitória que conseguimos na Câmara. Esperamos que o Senado mantenha essa emenda”, afirmou o presidente Serafim.

Na votação do projeto na Câmara, mais dois deputados, além de Pedro Eugênio, se destacaram na defesa das reivindicações do CFC: Emerson Kapaz (PSDB-SP) e Aloizio Mercadante (PT-SP). No encaminhamento da votação, o deputado



No corredor dos gabinetes da Câmara, o Presidente Serafim conversa com o deputado Kandir

Mercadante elogiou o trabalho do CFC como órgão fiscalizador.

**PRESSÃO CONSTANTE** - O trabalho de acompanhamento ao projeto da nova Lei das S.A. começou quando o projeto foi apresentado na Câmara, há três anos. O CFC enviou aos líderes parlamentares, por meio de ofício e de visitas pessoais, todas as reivindicações que achava justas. Em agosto passado, o presidente Serafim foi ao plenário da Câmara defender a coordenação, pelo CFC, do Comitê de Padrões Contábeis. Seu discurso foi aplaudido não somente pelos representantes de outras entidades presentes ao debate, proposto pelo relator Antônio Kandir (PSDB-SP), mas também pelos ministros e autoridades da área econômica do governo federal.

Na véspera da votação, o presidente Serafim entregou pessoalmente ao deputado Kandir um ofício com duas alternativas de propostas: uma, que seria a ideal, e outra, uma alternativa que também satisfaria a classe contábil. “Fomos além dos nossos limites em termos de pressão sobre o Congresso Nacional. Conseguimos uma vitória importante que deve ser entendida pela nossa categoria como mais um passo em direção à valorização do nosso profissional”, garantiu o presidente José Serafim Abrantes.

## Presidente do CRCMG parabeniza CFC pela vitória

O Conselho Federal de Contabilidade recebeu a seguinte carta do presidente do CRCMG, Domingos Xavier Teixeira:

“Caro Presidente Serafim:

É com muita satisfação que venho lhe cumprimentar, em meu nome e de toda a classe contábil de Minas Gerais, sobre a sua vitória na votação do Projeto de Lei 3.115, que muda a Lei das S.A e a Lei 6.385 (Lei da CVM), e no qual foi inserida pelo deputado Antônio Kandir a emenda que tirava do Conselho Federal de Contabilidade a prerrogativa de estabelecer os princípios contábeis daqui para a frente, passando todo esse poder para uma entidade sob a qual não teríamos nenhuma influência e que seríamos apenas um simples membro. O que você conseguiu não foi só uma vitória. Foi mais que isso. Você conseguiu que os deputados aprovassem um artigo atribuindo ao Conselho Federal de Contabilidade as seguintes prerrogativas:

1 - Ser membro nato do Comitê de Padrões Contábeis (CPC) juntamente com a CVM;

2 - Assessorar, juntamente com a CVM, e somente os dois, os procedimentos para a elaboração do Regimento Interno do CPC e sua instalação;

3 - Que a maioria dos membros do CPC sejam contadores;

4 - Ter aberto um canal direto com o presidente da República para a discussão das leis delegadas, que serão o suporte dos princípios contábeis.

Ou seja, presidente Serafim, foi uma grande vitória. Como você sabe, a CVM já tinha todos esses poderes com base na Lei 6.385. Agora, o CFC passou a tê-los legalmente e, então, serão os mesmos divididos com a CVM. O que antes o CFC fazia informalmente, passará agora a ser feito com base na lei.

E a sua vitória foi além. Você conseguiu alterar o artigo 26 da Lei 6.385, no sentido de dar ao CFC e aos CRCs o poder legal de fiscalizar as empresas de auditoria e os auditores contábeis. Ou seja, algo que somente a CVM podia anteriormente fazer em relação às empresas abertas. Agora, o CFC passa a ter poderes de fazê-lo em relação a todas as empresas auditadas, abertas ou fechadas.

Caro presidente: se você tivesse feito somente isso em sua gestão, já teria justificado a sua eleição. E não precisaria ter feito nada mais. Pela vitória, aceite os meus parabéns e de todos os 40 mil contabilistas de Minas Gerais”.

## TCU e CFC podem treinar especialistas

O presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Humberto Souto, recebeu em seu gabinete, em março passado, a visita do presidente do CFC, contador José Serafim Abrantes, e do vice-presidente Daniel Salgueiro da Silva.

O principal assunto do encontro foi a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que servirá de guia para a elaboração dos balanços das mais de 3 mil prefeituras brasileiras. Esses balanços serão exaustivamente analisados pelo Tribunal de Contas da União, informou o presidente do órgão ao presidente do CFC. O presidente Serafim fez uma exposição ao dirigente do TCU sobre a importância da LRF para os contabilistas. Explicou que o CFC, por iniciativa própria, elaborou o Guia LRFfácil, já distribuído para contabilistas e administrações municipais e estaduais de todo o país. "O Guia obteve apoio irrestrito do ministro Martus Tavares, do Planejamento, e já está em sua terceira edição", adiantou Serafim.

**CONVÊNIO ENTRE TCU E CFC** - O presidente do TCU, que também é contabilista, ressaltou o papel do órgão que dirige em defesa da LRF e sugeriu ao presidente Serafim que TCU e CFC fizessem um protocolo de intenções para a formação de convênio destinado a formar técnicos contabilistas. Esses cursos teriam o objetivo de estudar a LRF e divulgar seus aspectos em defesa dos interesses da lei



Contadores Daniel Salgueiro e José Serafim Abrantes com o presidente do TCU, Humberto Souto

e da sociedade. O presidente Serafim achou excelente a sugestão de Humberto Souto, lembrando a ele que o CFC está formando, em treinamentos realizados na sede da entidade em Brasília, cerca de 250 multiplicadores da LRF de todas as regiões do país.



José M. Eymael, Serafim Abrantes, Germano Rigotto e Ynel A. de Camargo, na Câmara

### CFC REFORMA TRIBUTÁRIA

## Serafim visita Rigotto

O presidente do Conselho Federal de Contabilidade, José Serafim Abrantes, acompanhado do contador e assessor do CFC, Ynel Alves de Camargo, e do deputado-constituente José Maria Eymael, visitou na Câmara Federal o deputado Germano Rigotto (PMDB-RS), no final do mês de março. O assunto da conversa foi a reforma tributária. Sobre esta mesma questão, o deputado falou durante a reunião plenária do CFC de março.

O deputado Germano Rigotto é o novo presidente do Núcleo Parlamentar de Estudos Contábeis e Tributários da Câmara. Nas páginas 6 e 7, o leitor poderá ler uma entrevista concedida pelo deputado sobre o assunto.

### CFC CÂMARA DOS DEPUTADOS

## Projeto que dispensa escrituração tem parecer contrário



Deputado Marcos Cintra (PL-SP)

O Conselho Federal de Contabilidade tem uma equipe permanente no Congresso Nacional, acompanhando a tramitação de projetos de interesse da classe contábil. Entre esses projetos, destacamos o da Reforma Tributária e o da Lei das S.A. O Projeto de Lei nº 3.044/97, de autoria do deputado José Borba (PPB-PR), que dispensa a escrituração contábil, por exemplo, é um dos assuntos que demanda a atenção dos técnicos do CFC. Este projeto deverá ser votado em plenário ainda neste ano com parecer contrário das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação da Câmara Federal.

Na Comissão de Economia, Indústria e Comércio, o relator Lima Neto (PFL-RJ) deu parecer favorável ao projeto. Na Comissão de Constituição e Justiça, o relator Renato Viana (PMDB-SC) deu parecer contrário; o deputado Marcos Cintra (PL-SP), que relatou o projeto na Comissão de Finanças e Tributação, também deu parecer contrário ao projeto. Agora, o projeto

retorna à Comissão de Constituição e Justiça, antes de ser votado em plenário.

**CFC CONTRA O PROJETO** - A posição do Conselho Federal de Contabilidade é contrária à aprovação deste projeto. O pensamento da classe contábil brasileira a respeito do assunto pode ser resumido nesta explicação do professor e contador Ynel Alves Camargo, assessor do CFC: "A Lei 9.317/96 estabelece um tratamento diferente no regime tributário para as microempresas e empresas de pequeno porte, criando o Simples.

Porém, os caminhos a serem seguidos pela escrituração contábil não são os mesmos que conduzem à escrituração fiscal (fonte de arrecadação). Segundo as Leis da Contabilidade, existe nítida separação entre escrituração comercial e escrituração fiscal."

A obrigatoriedade da escrituração já faz parte de livros editados pelo CFC em parceria com o Sebrae, como o Manual de Procedimentos Contábeis para Micro e Pequenas Empresas, que tem sido distribuído para contabilistas de todo o país.

## Perfil do dirigente do Sistema CFC/CRCs

> José Serafim Abrantes (\*)

É visível o crescimento das instituições do Sistema CFC/CRCs nos últimos anos. Atestam esse vigor o modo como a profissão se projetou perante a sociedade, ao defender causas de interesse público para a cidadania, ao projetar uma imagem de seriedade e de compromisso da classe. Esses resultados que agora vemos só foram possíveis com o compromisso e o engajamento dos conselheiros e dos presidentes de cada regional, que tomaram para si a liderança de um processo que levou a mudanças. Mas como é próprio do regime democrático, está chegando a oportunidade de uma renovação, com as eleições que se aproximam.

Nesses quase quatro anos à frente do Conselho Federal de Contabilidade, tenho refletido muito acerca dos desafios mais comuns enfrentados pela nossa profissão. Tenho trabalhado na busca de soluções para essas questões em diversas ocasiões e em fóruns diferentes. Essa reflexão conjunta me faz tocar em um assunto delicado que é a possibilidade de existir um “Perfil Ideal do Dirigente do Sistema CFC/CRCs”. E digo que essa questão é delicada em função do componente político que envolve a figura de um Conselheiro de CRC ou CFC. A título de contraste, tomemos a escolha de um auditor, para contratação, na condição de funcionário. Basta traçar um perfil técnico, submetê-lo a uma bateria de testes, que incluem entrevistas e avaliações psicológicas e teremos um elenco de candidatos aptos a serem contratados. Está resolvido. Mas não é assim a escolha de um dirigente. O processo é quase inverso. O candidato se lança para ser escolhido pelo colégio eleitoral.

E, nesse caso, não é a descrição de um perfil eminentemente técnico que prevalece. Ao contrário, contam, entre outros, valores, habilidade política do candidato, sua história pessoal e profissional, seus anseios, sua disponibilidade, sua credibilidade, sua ética, sua oratória, seu poder de convencimento e sua habilidade para arregimentar simpatizantes. Dessa constatação, vemos a necessidade de que esse “perfil ideal” do dirigente do sistema CRC/CFC deve estar na cabeça do “eleitor” e não na nossa, atuais dirigentes. Obviamente, como somos as pessoas com maior visibilidade, temos um papel nessa escolha. Mas não o poder de escolher, que está nas mãos dos colégios eleitorais. Lembremos sempre que, do mesmo modo que é legítimo aos atuais dirigentes postularem uma reeleição, é

lícito aos outros membros da categoria postularem uma renovação. Esta questão toma mais relevância nos dias atuais. Em todas as ocasiões em que,



como representante do CFC, vou aos Estados, ouço falar nas próximas eleições. Embora ainda falem mais de sete meses para as votações, o processo eleitoral para renovação de 2/3 dos Plenários dos Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade já foi, espontaneamente, iniciado. Esses profissionais a serem eleitos em novembro próximo é que irão conduzir o Sistema CFC/CRCs nos próximos anos. Os candidatos eleitos serão os responsáveis pela continuidade do crescimento da nossa profissão apresentado nos últimos anos.

Conduzir uma entidade do porte de um Conselho de Contabilidade é, sem dúvida, uma honra para qualquer profissional. É, também, um motivo de orgulho. Entretanto, não é uma questão pessoal. Não é, nem mesmo, uma questão de afinidade pessoal. É uma questão de natureza política, da política dos profissionais de Contabilidade.

O mote para o perfil desse dirigente foi, sem dúvida, sancionado em nosso último Congresso. Trata-se da

“responsabilidade social”. Ora, para que tenha crédito nossa ação perante a sociedade, devemos dar o exemplo dentro da categoria. Devemos fazer o

CFC/CRCs, passando pelo conhecimento da legislação específica do Tribunal de Contas da União e, obviamente, por habilidades e conhecimentos de natureza política, de economia, e domínio de técnicas gerenciais e de administração de recursos humanos e noções de oratória e debates.

Ou seja, o profissional ao se candidatar, deve estar consciente, ou já dominar tais conhecimentos e habilidades, ou ter disponibilidade para familiarizar-se, com isso, em pouco tempo.

Sem isso, administrar fica muito difícil. Ainda assim vai ter muito trabalho pela frente. Mas se os senhores candidatos estão pensando que é só, estão enganados. Não é. O mais importante é ter “compromisso com a profissão”. Ter vontade de contribuir com a evolução da profissão contábil.

Por isso, reafirmo que estamos num momento importante. Todos esses critérios devem pesar na hora da formação de uma chapa, no momento de se formularem as alianças. Devemos pesar se a pessoa convidada a fazer parte da chapa possui os requisitos necessários para participar do Plenário de um Conselho de Contabilidade; se esta pessoa vai, de fato, ter agenda e contribuir para o crescimento da nossa profissão. Ao fazer essa avaliação, se houver alguma dúvida, aconselho a buscar outro nome, pois nossa profissão não pode correr o risco de vir a ser prejudicada por uma escolha inadequada. Muitas vezes, os interesses pessoais e as habilidades de articulação de um determinado “candidato a candidato” se sobrepõem aos interesses da coletividade, e isto não deveria acontecer. Advirto e admito que não temos o dom da verdade. Mas não podemos deixar de dividir com nossos pares essas reflexões. Esperamos que elas possam ser úteis. O ideal é que, no futuro, haja, além dessas criteriosas escolhas, programas de formação para os novos dirigentes. Além do conhecimento das habilidades específicas, os futuros dirigentes teriam a oportunidade de firmar compromissos comuns com a ética, a moralidade e a responsabilidade coletiva. Pretendemos continuar a tratar deste tema nas próximas edições do Jornal do CFC com a publicação, se possível, a cada mês, de um artigo sobre itens considerados importantes no perfil dos membros dos Plenários do Sistema CFC/CRCs. Desde já, colaborações para enriquecer este debate são solicitadas e bem-vindas.

(\*) é presidente do CFC

## Sem reforma tributária, Brasil pode pagar um preço muito alto

“O que é que o governo pretende com o fatiamento da Reforma?” (Germano Rigotto)

O governo, mais uma vez, por meio do próprio presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, voltou a prometer que vai concluir a reforma do sistema tributário ainda em seu governo, que se encerra em 2002. O Congresso Nacional cumpriu o seu papel, ao elaborar uma proposta que teve o apoio unânime da sociedade brasileira, inclusive dos governos estaduais. Estes até abriram mão e aceitaram uma nova legislação para o ICMS. O CFC não ficou fora desta discussão. Muito pelo contrário: participou dos debates com vários representantes na Comissão Especial da Reforma Tributária da Câmara dos Deputados. A conselheira do CFC Marta Arakaki esteve presente desde a discussão até a votação do projeto final.

A reforma pronta e acabada teve que ser modificada, pois o governo não aceitou os termos do projeto aprovado quase que por unanimidade na Comissão Especial. Mais uma vez, o governo não gostou. Resultado: o governo quer “fatiar” a reforma, votá-la aos pedaços. O Congresso rejeita. Como ficamos, então?

Para responder a esta questão e explicar os principais pontos da proposta da Comissão Especial, o Jornal do CFC entrevistou o presidente desta Comissão, o deputado Germano Rigotto (PMDB-RS).

**Jornal** – Como foi o trabalho de elaboração do projeto da reforma do sistema tributário?

**GR** - É bom a gente lembrar que a Comissão Especial da Reforma Tributária fez, em 12 meses, um trabalho que dificilmente uma outra comissão ao longo da história do Congresso tenha trabalhado tanto, tenha reunido tanta gente e tantas idéias, tenha reunido os mais diferentes segmentos da sociedade, inclusive o Conselho Federal de Contabilidade, na discussão da reforma tributária, dentro e fora do Congresso Nacional. Dentro do Congresso, nós realizamos 70 reuniões. Fora do Congresso, estivemos em todos os estados da federação, falando com governadores, prefeitos, com as entidades mais diversas, procurando, além de ouvir o que pensavam e desejavam com relação às mudanças no sistema tributário, mobilizar a sociedade a favor da reforma. Pois bem, este trabalho acabou em março do ano passado. Já havia uma comissão anterior, mas esta nova fase da comissão aconteceu a partir do momento em que a Câmara resolveu colocar a reforma na linha de

frente. Foi uma decisão do presidente da Câmara, deputado Michel Temer (PMDB-SP), apoiado por todos os líderes. A reforma avançou, mas avançou sempre com o governo na retranca, com o governo, na verdade, dizendo que queria a reforma mas não demonstrando isto com atos, com uma posição clara a favor da reforma.

**Jornal** - O projeto da Comissão Especial não chegou a ser votado. O que aconteceu?

**GR** - Chegamos em novembro de 1999 e votamos o projeto na Comissão, que foi aprovado por 35 votos a um. A partir daí o governo começou a criticar a proposta. Ficou clara a má vontade do governo, que tinha se omitido em todo o processo de discussão, que tinha começado em março. O presidente da República, então, chamou a área econômica do seu governo e determinou que se formasse uma comissão tripartite, com a participação de vários ministros, representantes de estados, da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados para tentar encontrar o que poderia ser modificado naquela proposta aprovada em novembro. Pois bem, essa comissão tripartite se reuniu seis vezes, no mínimo, horas e horas de reunião, e avançamos naquilo que parecia impossível. Fizemos um grande entendimento com os estados para que eles tivessem um ICMS com uma única legislação, um ICMS com um máximo de cinco alíquotas, um ICMS com a mudança da origem para o destino – o total arrecadado levaria em consideração o estado que consome e não o estado que produz, para atacar o problema da guerra fiscal. Um ICMS que não teria mais alíquota interna, alíquota interestadual diferente, acabando com este passeio da nota fiscal, um ICMS que teria uma alíquota muito reduzida para os produtos essenciais. Fizemos aquilo que parecia impossível: um acordo com os estados. Mas quando chegamos aos tributos federais, mais uma vez, o retrocesso. A área econômica do governo federal demonstrou um conservadorismo incrível, resistindo ao fim dos chamados tributos cumulativos: Cofins, PIS e CPMF. Conseguimos concluir mais este trabalho, dentro daquilo que nós acreditávamos que seria o grande entendimento tirado naquela comissão tripartite. Modificamos o projeto aprovado em novembro e o entregamos no dia 13 de março de 2000 à presidência da Câmara. O que é que aconteceu depois? O governo silenciou de março a agosto. No período eleitoral, em agosto de 2000,

voltou a falar em reforma, mas sempre dizendo que a proposta que nós tínhamos apresentado tinha que sofrer modificações. Entre as mudanças, a manutenção de todos os tributos cumulativos. Isto criou um mal-estar enorme, uma rejeição de todas as lideranças da Casa, e uma rejeição das entidades representativas da sociedade com relação à posição do governo.

**Jornal** – Em que pé está hoje a reforma tributária?

**GR** – Olha, depois da discussão daquele novo projeto, veio o silêncio novamente. O governo viu que aquela posição que eles haviam anunciado não seria aprovada. E só voltaram a falar em reforma tributária agora, quando o presidente foi ao exterior, há quase dois meses. Ele disse que iria trabalhar a favor da reforma, mas uma reforma fatiada, uma reforma feita em etapas. Naquele momento, eu pensei: a reforma fatiada pode determinar novos remendos fiscais. Não vai determinar aquilo que o país precisa, que é uma reforma estrutural que desonere a folha de pagamentos, que desonere a produção, a exportação, que diminua a carga sobre os produtos essenciais, que amplie o número de contribuintes. Fazendo isto, poderia até reduzir as cargas que são pesadas sobre alguns setores, ou seja, distribuir melhor a carga tributária. Hoje nós temos uma carga excessivamente concentrada

sobre os que pagam, deixando muita gente de fora. A reforma tributária deve ter por objetivo ampliar o número de contribuintes, ampliar a base tributária, e com isso poder reduzir cargas setoriais de setores que estão muito sobrecarregados hoje.

**Jornal** – Do jeito que está, o Brasil perde competitividade lá fora, com as exportações?

**GR** - A perda de competitividade de nossa economia, com certeza, vai continuar. O sistema complexo que nós temos, e que dá margem ao crescimento da evasão, da sonegação, da elisão fiscal, da informalidade, vai nos prejudicar. Até acreditamos, quando o presidente Fernando Henrique deu aquela entrevista dizendo que iria fatiar a reforma, que o governo poderia concordar, por exemplo, com aquilo que acordamos com os estados: o ICMS com uma única legislação e uma desoneração total das exportações com relação às contribuições. Só que, quanto tempo faz que o presidente falou? Até agora nós não temos posição nenhuma clara do governo. O que é que o governo pretende neste fatiamento? Ninguém sabe. Parece que o governo afastou essa questão da desoneração das exportações, e afastou também a possibilidade de acabar a cumulatividade das contribuições, como estava acenando. O pessoal que cuida do ICMS fez uma reunião com os representantes dos estados, mas,



“Parece que o governo não quer acabar com a cumulatividade dos impostos”

## “A reforma avançou, mas avançou sempre com o governo na retranca”

com certeza, o fato de o governo só buscar uma legislação única, e não ir na direção daquilo que nós tínhamos negociado com os estados, vai dificultar até um acerto com os governadores. E se os estados concordarem vai ser apenas um remendo, vai ser apenas uma mudança muito distante do que se poderia mudar sobre os tributos que recaem sobre o consumo. A área dentro do governo que mais resiste a uma reforma estrutural continua entendendo que o sistema atual determina uma arrecadação muito alta, que está batendo recordes, e que por isso não deve haver uma mudança muito profunda. No meu modo de ver é um erro porque estamos perdendo competitividade, estamos dependendo, cada vez mais, do capital especulativo devido aos déficits na balança comercial, porque as nossas exportações estão mais travadas do que deveriam estar, principalmente devido à carga tributária que recai sobre o produto nacional. O produto importado é beneficiado em relação ao produto nacional porque não existe isonomia competitiva na questão das contribuições cumulativas. Elas recaem em todas as etapas da produção, recai Cofins, recai PIS, recai CPMF, e para o produto importado recai apenas uma vez. Então nós estamos numa situação em que se não houver mudança teremos que pagar um preço muito alto por isso. Um preço muito alto. Essas dificuldades já estão começando a aparecer no setor de exportação. Se você observar, a nossa balança está com déficits muito superiores aos que eram previstos. Dos indicadores econômicos que nós temos, um dos piores é o da balança comercial. E uma das razões é o produto importado entrando e competindo em condições melhores que o produto nacional, e o produto nacional tendo dificuldades de competir no mercado internacional devido a essa carga tributária que existe sobre o produto nacional. Então eu acredito que vamos ter um agravamento dessa situação se não houver uma tomada de posição mostrando que não é só da arrecadação que se deve cuidar. O governo é obrigado a ver qual seria o efeito dessa arrecadação. Hoje o governo olha a arrecadação e pergunta: por que é que vou mudar se a arrecadação é alta? Só que o governo não está se dando conta dos efeitos negativos que este sistema tributário está determinando para a economia como um todo.

**Jornal** – Quem sofre mais com este sistema tributário?

**GR** – O sistema tributário nacional tributa de uma forma excessiva, principalmente o trabalhador de baixa

renda. Nós temos uma quantidade enorme de tributos de recai sobre a base de consumo e o trabalhador de baixa renda, quando vai comprar um produto essencial, não sabe a quantidade de tributos que está embutido no preço deste produto. O trabalhador que ganha até três salários mínimos paga 14% do que ganha num mês em tributos sobre alimentos. Isto é injusto. Então o governo não pode continuar olhando apenas para o caixa. E não se dá conta dos efeitos dessa arrecadação sobre a sociedade, sobre a economia.

**Jornal** – O governo FHC ainda tem condições de fazer uma boa reforma tributária?

**GR** – Não acredito. E nós vamos pagar um preço muito alto por essa indecisão, dessa posição do governo contra a reforma estrutural. Sabe o que é que vai acontecer? 2002 será um ano eleitoral. É claro que fazer reforma em ano eleitoral é muito mais difícil; só se for uma reforma que o governo possa tirar partido depois. Outra coisa: não podemos esquecer que votar a reforma tributária, que é uma emenda constitucional, exige 3/5 (três quintos) de votos em dois turnos na Câmara e em dois turnos no Senado. Isso sem contar que os candidatos a presidente

## “A área econômica do governo demonstrou um conservadorismo incrível”

já vão estar em campanha e vão, com certeza, dizer o seguinte: se o governo não fez a reforma tributária até agora deixa que eu faço quando assumir a presidência da República. Por isto que este atraso, este claudicar do governo, esta má vontade de setores do governo com a reforma estrutural, nos levam a crer que vamos chegar ao fim do governo Fernando Henrique sem ter votado a reforma.

**Jornal** – Quem está a favor da reforma tributária?

**GR** – O país inteiro, à exceção do governo federal. Na verdade, o governo está perdendo a oportunidade de encaminhar uma reforma que ele já disse que encaminharia. Se não o fizer, que não jogue a culpa em cima do Congresso ou em cima dos estados. O Congresso não votou porque o governo foi contra. E não existe país no mundo que se vote reforma tributária com o governo trabalhando contra ou cruzando os braços, principalmente numa república presidencialista como o Brasil. Que não se jogue essa responsabilidade sobre a oposição. A oposição ajudou muito nessa questão da reforma tributária. Na reforma tributária eu tive

sempre o apoio dos partidos de oposição dentro e fora da Comissão. Também não se jogue a responsabilidade em cima dos estados, porque os governadores chegaram, depois de uma grande discussão, a bater o martelo, modificando a legislação de seu tributo, o ICMS. Então não me venham com a história de que os estados não quiseram, o Congresso não quis, a oposição trabalhou contra. A reforma não saiu porque dentro do governo existe um setor na área econômica que acha que não deve haver uma mudança profunda do sistema tributário.

**Jornal** – E quanto à Aliança de Livre Comércio das Américas (ALCA), o Brasil, com um modelo tributário antigo, poderá participar das reuniões com tranquilidade?

**GR** – Claro que não. Existe a possibilidade de um prejuízo terrível se nós tivermos a antecipação da ALCA. Imagina o governo dos Estados Unidos, que vem com tudo para tentar antecipar a implantação da ALCA. Aí nós vamos concorrer com a economia moderna, com a indústria moderna, com toda a tecnologia da indústria e da economia americanas, com um sistema tributário que não tem a mínima possibilidade de competir com o que se produz nos EUA. O nosso sistema tributário não tem nada a ver com o resto do mundo. Enquanto nós tínhamos

a economia fechada, na década de 80 e início da década de 90, nós podíamos dizer que o nosso sistema tributário tinha imperfeições, tinha problemas, mas isso não ficava muito claro porque tínhamos a economia protegida. Com a abertura da economia ficou muito mais claro que o nosso sistema tributário tirava a competitividade da nossa economia. Então, a partir da abertura foi ficando mais clara a necessidade de uma reforma. A partir de 1992 apareceu com mais força a necessidade de uma reforma tributária, e o pior: os governos, ao invés de caminharem para a reforma, foram modificando o sistema tributário, com os ajustes fiscais, com os remendos fiscais, com os aumentos de alíquotas, com a criação de novos tributos, por meio de projetos de lei, de lei ordinária, de lei complementar, de decretos, de portarias, de medidas provisórias. Foram modificando o sistema, fazendo com que ele cada vez ficasse mais complexo, mais irracional, mais injusto e, cada vez mais, diferente do resto do mundo.

**Jornal** – O que é que o governo pode propor neste “fatiamento” ao Congresso?

**GR** – Nós temos trabalhado, temos procurado mobilizar a sociedade a favor da reforma, mas temos encontrado

sempre esta má vontade e esta pressão contrária do Executivo. Agora falam em fatiar a reforma. Primeiro, não se sabe ainda nem quando e nem o quê vai ser fatiado. Qual é o fatiamento? Quais são as partes que vão ser votadas? O meu receio é que o grupo que pensa no caixa termine gerando algumas modificações que, ao invés de melhorar, vão complicar ainda mais o sistema. O governo já fala em transformar a CPMF em tributo permanente. Uns dizem que, se o Congresso não fizer isto, que arranje um outro tributo para substituir a receita gerada pela CPMF. Mas vem cá, a CPMF não era provisória? No momento em que terminou o prazo de validade da CPMF, o governo não sabia que não podia contar com aquela receita. Em vez de até pensar num processo de simplificação, de reduzir o número de tributos, o governo pensa em transformar em permanente tributos que eram provisórios e que têm problemas. Se a CPMF viesse num processo de simplificação, acabando com determinados encargos sobre a folha de pagamentos... mas não, ela vem como mais um tributo que agora teve mais um aumento de alíquota (de 0,30% para 0,38%), e amanhã vai ter outro aumento de alíquota e mais carga sobre os que já pagam. Então, este quadro tende a se agravar se nós não conseguirmos sensibilizar o governo da importância dessa reforma estrutural. Eu estou com muito pouca esperança que, durante o governo Fernando Henrique, a gente consiga fazer com que esta reforma termine avançando.

**Jornal** – O que vai acontecer agora?

**GR** – O que vamos ter de fazer é esperar este encaminhamento que o governo diz que vai dar nas próximas semanas. Acho que a sociedade tem de estar atenta para se mobilizar, caso as fatias que o governo decidir mandar para o Congresso signifiquem novos retrocessos. A sociedade tem que estar atenta para pressionar o Congresso e o governo e não aceitar novos remendos fiscais que signifiquem aumento de carga para os que já pagam, incentivo à evasão fiscal, mais perda de competitividade de nossa economia. As entidades representativas da sociedade, os contabilistas, por intermédio do Conselho Federal de Contabilidade, que tem um trabalho muito forte, já estão nos ajudando a fazer frente a qualquer tentativa que represente novos retrocessos. Estou presidindo o Núcleo de Estudos Contábeis da Câmara, e já conversei com o presidente do CFC, contador José Serafim Abrantes, que nos garantiu que vai continuar nos ajudando nessa reforma. É desse tipo de colaboração que precisamos. A classe contábil é importantíssima nesse processo, e o trabalho dos representantes do Conselho Federal de Contabilidade na Comissão Especial de Reforma Tributária que presidimos foi admirável.

## Estatuto da FBC

O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios aprovou na íntegra as alterações no Estatuto propostas pelo Conselho Curador da Fundação Brasileira de Contabilidade (FBC).

Entre as mudanças, ficou aberta a possibilidade de a Fundação Brasileira de Contabilidade abrir filiais em outros estados. Além de promover e subsidiar

programas de ensino, pesquisa, pós-graduação e extensão na área da Contabilidade, a Fundação Brasileira de Contabilidade também vai estimular a pesquisa e a profissão científica na área contábil, inclusive mediante a edição e publicação de livros, revistas, periódicos e outros meios de divulgação.

## Defesa do consumidor chega à poupança

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) deve reconhecer a aplicação do Código de Defesa do Consumidor aos contratos de caderneta de poupança. A questão foi levantada no julgamento de recurso da Associação Paranaense de Defesa do Consumidor que busca legitimidade para ajuizar ação civil pública em nome de titulares de poupança do extinto banco Bamerindus. A maioria dos ministros do STJ defendeu a tese de que os contratos de poupança se enquadram na definição que o CDC dá a produto ou a serviço, o que assegura a legitimidade da associação na ação em que os poupadores reivindicam a reposição de perdas decorrentes de planos econômicos – junho de 1987, janeiro de 1989 e março de 1990.

## CURTAS

**1** - Para o diretor de Política Monetária do Banco Central, Luiz Fernando Figueiredo, a pressão exercida sobre o dólar é temporária. Segundo ele, o Brasil vive uma situação inédita. “O país hoje é sólido e forte e temos um câmbio flutuante. O mercado tem que aprender isto”.

**2** - Diante da medida tomada pelo Comitê de Política Monetária (Copom), que aumentou a taxa Selic – referência básica de juros da economia – em 0,5%, Luiz

## Declaração por telefone

Os contribuintes que não têm condições de fazer a declaração de Imposto de Renda 2001 (ano-base 2000) pela internet e nem querem preencher as informações por formulário, ganharam uma opção a mais de prestar as contas com o Fisco. É que o Receitafone – que funciona pelo número 0300 780300 – entrou em operação na semana passada. Podem fazer a declaração por telefone apenas os contribuintes com patrimônio de até R\$ 20 mil, que são aqueles que podem usar o modelo simplificado de declaração. As ligações custam R\$ 0,27 por minuto, para ligações feitas de telefone fixo, e R\$ 0,51, ligações feitas a partir de celular. O prazo para entrega da declaração é o dia 30 deste mês de abril.

## Emprego no BID

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) está anunciando na internet vagas em seus quadros, em Washington – DC (EUA), para um contador senior/administrador de sistemas contábeis e para dois especialistas em auditoria financeira e operacional. Se o leitor tem interesse ou conhece pessoas com os requisitos

exigidos para estas atividades, é só preencher fichas no seguinte endereço eletrônico: <http://www.iadb.org/dpa/jobpost1.htm>.

Cartas com os pedidos de preenchimento das vagas podem ser dirigidas para T. Karoutsos, 1300 New York Avenue, NW, Washington, DC 20577.



Você, que é profissional de Contabilidade registrado no CRC, pode se tornar mais um colaborador da Revista Brasileira de Contabilidade. Escreva seu artigo sobre tema relevante ligado à profissão e o submeta à análise do Conselho Editorial da RBC. Para outras informações, entre em contato com o Departamento de Comunicação Social do CFC.

Carlos Andrade, recém-empossado presidente da Anef, associação que representa os bancos das montadoras, informa que, dependendo da reação de mercado nas próximas semanas, é muito provável elevação das taxas de juros de financiamento de veículos. “Estamos analisando as expectativas do mercado.”

**3** - O ministro José Jorge (Minas e Energia) reiterou que a Aneel e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) estão preparando o plano de racionalização do consumo de energia elétrica para ser utilizado caso não chova satisfatoriamente até o final de abril. O plano fica pronto dentro de quinze dias.

**4** - Com a crise e o fantasma do fim da conversibilidade na Argentina como pano de fundo, o Brasil continua apostando no reforço do Mercosul para melhorar as negociações para a formação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca). O ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer, repete, desde que assumiu em janeiro a liderança da diplomacia, que a “Alca é uma opção, enquanto o Mercosul é um destino”.

## Calendário Contábil

**Brasília** – Nos dias 18 e 19 de abril, na sede do CFC, serão realizadas as Reuniões das Câmaras. Nos dias 19 e 20, a Reunião Plenária.

**Tubarão** – A Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul) realiza entre os dias 23 e 27 deste mês a VI Semana de Atualização em Contabilidade. Este encontro não se realizava há três anos, mas agora, graças ao esforço de alunos e professores, foi reativado.

**Rio Claro** - A Universidade de Rio Claro (UNICLAR) realiza nos dias 17 e 18 de maio deste ano, em Rio Claro-SP, o I Fórum de Estudos Contábeis. O objetivo do encontro será debater os novos caminhos da Contabilidade em um cenário de mudanças sociais e tecnológicas. As inscrições para participação do Fórum e as instruções

para o envio de trabalhos são gratuitas e estão disponíveis no endereço eletrônico <http://contabil.claretianas.com.br>.

**João Pessoa** - O CFC e o CRCPB realizam entre os dias 13 e 15 de junho, na capital paraibana, o 5º Encontro Nordestino de Contabilidade (Enecon). O encontro será realizado no Espaço Cultural José Lins do Rego e terá como tema central “Contabilidade: Reflexo Social e Político”. As inscrições podem ser feitas diretamente nos Conselhos Regionais ou pelo Correio, no endereço Rua Rodrigues de Aquino, 208, Centro, Cep 58013-030. A taxa de inscrição deve ser depositada em nome do CRCPB/5º Enecon, agência 0037, conta corrente 1955-7, na Caixa Econômica Federal.



**CFC QUALIDADE****CFC edita Manual de Registro e moderniza Manual de Fiscalização**

O CFC já iniciou a distribuição, para todos os Conselhos Regionais, do novo Manual de Fiscalização. A primeira edição do Manual de Registro já está sendo impressa. O Manual de Registro mostra todas as normas relativas aos registros profissional e cadastral e traz, em detalhes, de forma prática e objetiva, todos os procedimentos que devem ser observados pelos CRCs, contabilistas e organizações contábeis nas concessões, alterações e baixas de registros.



O Manual de Registro traz também as resoluções CFC 867/99 e 868/99, que promoveram alterações fundamentais nos conceitos e formalidades de registros, principalmente no que se refere à associação de contabilistas com outros profissionais. Mostra ainda um capítulo próprio sobre a processualística do registro, onde se estabelece os ritos, prazos e formas adequadas à tramitação dos processos de registros.

Este manual é apresentado em oito documentos, cada um deles atendendo a objetivos definidos e específicos, e está formatado de modo a facilitar o manuseio e a assimilação de seu conteúdo.

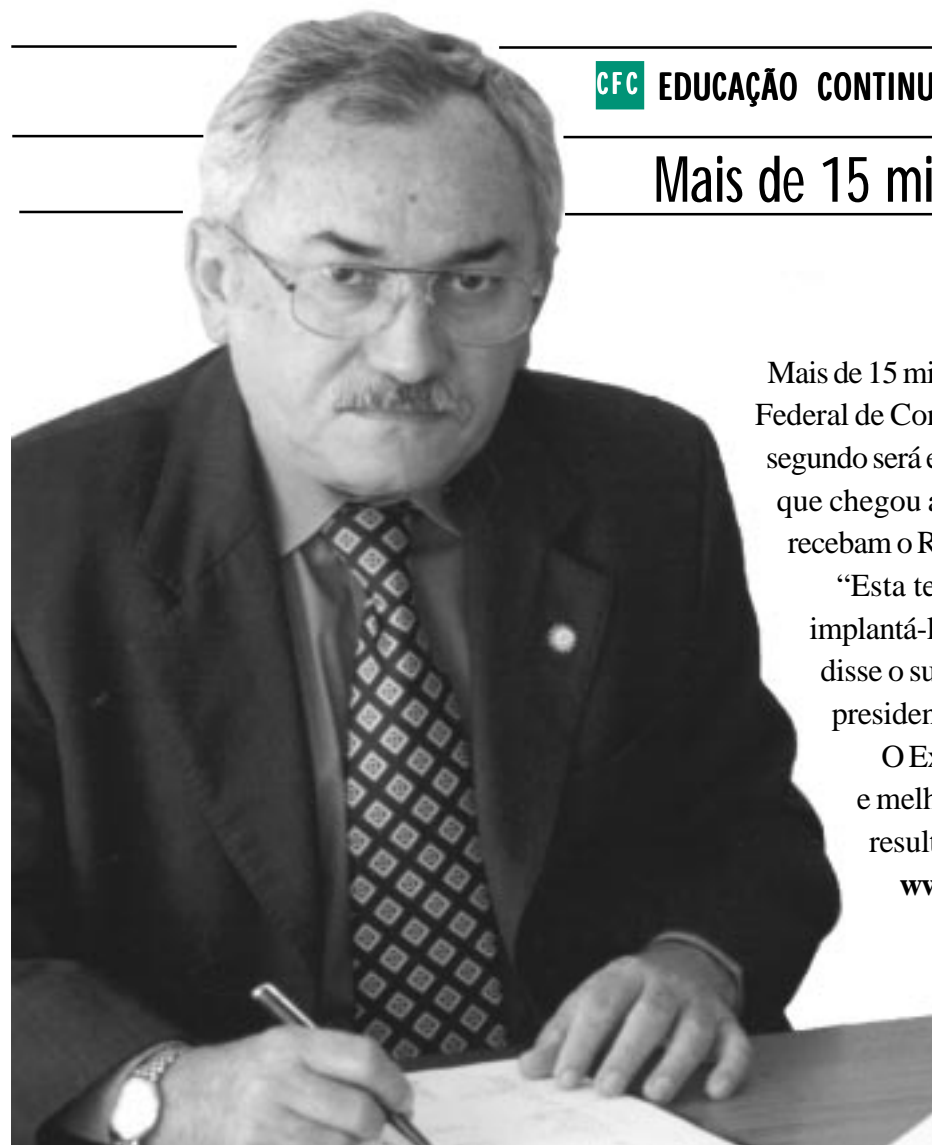
**FISCALIZAÇÃO** – A terceira edição do Manual de Fiscalização, revisada e ampliada, traz importantes alterações nas normas da profissão contábil, como as resoluções CFC 867/99, 868/99, 871/00 e 880/00. Traz também os novos enquadramentos de infrações éticas e disciplinares, especialmente as relativas às NBCs, exigência de escrituração contábil, Decore, DHP, etc., entre outras inovações introduzidas pelo Estatuto dos Conselhos de Contabilidade (Resolução CFC 825/98). Além disso, o Manual de Fiscalização ganhou um novo formato, a fim de possibilitar o arquivamento de um maior número de páginas de seu conteúdo, tornando-o mais operacional. Além das normas aprovadas pelo Plenário do CFC, as alterações resultaram também de sugestões enviadas por vários CRCs e dos debates promovidos pelos Seminários de Fiscalização.

**MATURIDADE** - O vice-presidente de Registro e Fiscalização do CFC, Alcedino Gomes Barbosa, disse ao Jornal do CFC que com mais essas obras “o sistema contábil

brasileiro dá um salto de qualidade em seu atendimento, além da demonstração clara de maturidade e transparência em suas ações, fatores que resultarão em maior respeito e credibilidade perante a comunidade contábil e toda a sociedade brasileira”. O presidente do CFC, José Serafim Abrantes, afirmou que “com esses dois manuais à mão os Conselhos Regionais poderão desempenhar suas tarefas com muito mais eficiência, ajudando a construir uma sociedade mais justa e mais ética”.



Alcedino Gomes Barbosa, vice-presidente de Registro e Fiscalização

**CFC EDUCAÇÃO CONTINUADA****Mais de 15 mil candidatos fazem o Exame de Suficiência**

José Martônio Alves Coelho, vice-presidente Operacional

Mais de 15 mil contabilistas recém-formados, em todo o país, fizeram o Exame de Suficiência do Conselho Federal de Contabilidade no dia 26 de março. O número de candidatos neste primeiro Exame de 2001 (o segundo será em setembro) foi superior ao número de inscritos nos dois Exames realizados no ano passado, que chegou aos 12 mil. O Exame é um pré-requisito para que técnicos e bacharéis em Contabilidade recebam o Registro Profissional.

“Esta terceira prova sedimenta o Exame de Suficiência, mostrando que o CFC estava certo ao implantá-lo no ano passado. A grande procura pelo Exame dá validade a mais esta iniciativa do CFC”, disse o supervisor das Comissões de Aplicação e Correção das Provas e também conselheiro e vice-presidente Operacional do CFC, José Martônio Alves Coelho.

O Exame de Suficiência foi criado com o intuito de aferir o nível de conhecimento dos contabilistas e melhorar ainda mais a qualidade dos profissionais credenciados a prestar serviços contábeis. O resultado do Exame será publicado até o dia 17 de abril; também estará na internet, no endereço [www.cfc.org.br](http://www.cfc.org.br).

Todos os candidatos aprovados no Exame de Suficiência deverão procurar a sede dos respectivos Conselhos Regionais. Os documentos necessários para o pedido de registro estão no edital da prova. O próximo Exame de Suficiência será realizado no mês de setembro deste ano.

O presidente do CFC, José Serafim Abrantes, aconselha os candidatos: “Estudem, mas estudem muito. O resultado deste estudo será muito valioso para o futuro de todos vocês”.

## CFC ARTIGO

## O normativo e as condições da objetividade

&gt; Antônio Lopes de Sá (\*)

(Sobre o projeto de reforma da Lei das Sociedades Anônimas que está tramitando no Congresso Nacional e que subtrai direitos aos contadores e especificamente ao Conselho Federal de Contabilidade.)

A divergência de opinião entre pessoas é algo que ocorre em todas as profissões, mas, profissionalmente, é preciso que exista objetividade para que haja crédito no trabalho. Ademais, quando o que se pede é uma opinião, quer em matéria de auditoria, quer de perícia, quer de medicina, quer de engenharia, quer para outros fins, na divergência o prejudicado é sempre quem solicita o parecer.

Entre o subjetivo e o objetivo, todavia, desenrola-se toda uma questão que tem alimentado muitas polêmicas. Não se pode excluir do homem a genialidade do pensamento, da criação, mas não se deve também outorgar a possibilidade da prática de abusos.

Nesta questão desenvolve-se o movimento dos que são favoráveis a normas e dos que se opõem a elas. A vocação dos destinos sociais tem sempre favorecido a grupos e atingido as massas, e este determinismo do curso da história enseja reflexões sobre a disciplina de comportamento e o respeito pertinente que deve existir.

A inteligência, a criatividade, a cultura são coisas que sempre andaram mal distribuídas desde que o homem se

organizou socialmente, mas parece também algo inexorável. Satiricamente Descartes afirmava que o bom senso é a coisa melhor distribuída no mundo porque todos dele se acham possuidores, mas a realidade é que os próprios limites do bom senso impedem a quantidade distributiva.

Até os animais que dizemos serem irracionais se deixam comandar, não sabemos se por falta de autonomia e confiança nos seus atos ou se por comodismo ou conformação genética. As estruturas da existência ditam a necessidade de comando, desde os sistemas em suas organizações do micro ao macrocosmos até as manifestações que habitualmente a nossa inteligência consegue captar por observações habituais e corriqueiras.

A maior clarividência parece ser um privilégio de poucos, por natureza e um curso das coisas é preciso que se estabeleça para que exista ordem. Entendo, portanto, que as normas ajudam as majorias e que podem criar problemas a minorias geniais, mas elas tendem mais a beneficiar que a prejudicar, se elaboradas com competência e lisura.

O problema apenas ocorre quando um grupo minoritário dominante não tem respeito pelas comunidades e cede a interesses que, também sendo próprios, tendem a prejudicar a maioria. Tal fato tem ocorrido, inclusive, na produção de leis que se aprovam nos parlamentos,

em diversas partes do mundo.

Vejo agora que prestes estamos no Brasil a modificar procedimentos que atingem às sociedades por ações. Sempre fui um crítico severo do que ocorreu nesta referida legislação, desde o seu nascimento, em face da matéria contábil.

Em livros, artigos, aulas, conferências, procurei mostrar que a influência legislativa produzia evidentes erros. O que aconteceu em decorrência de demonstrações contábeis que não são claras e nem se preocupam com a fidelidade do que deveriam evidenciar, todos conhecem pelos noticiários da imprensa.

Agora, entretanto, a questão parece-me ainda de maior gravidade. O projeto tira da entidade máxima da classe contábil, o Conselho Federal de Contabilidade, dos especialistas, o poder de normatizar, cometendo, a meu ver, mais um gravíssimo erro.

Enseja-se, desta forma, a participação de leigos em questão que só aos peritos deveria estar entregue e abre-se um leque para o subjetivismo, para a facilidade de pressões. Entre as normas e a liberdade absoluta, repito, há diferenças notórias, mas o objetivo deve estar em colocar nas mãos dos que possuem competência a



responsabilidade para aquelas estabelecer.

O problema contábil é demasiadamente específico e a qualidade dos informes envolve sérias responsabilidades que não devem estar ao sabor de alternativas e debilidades culturais.

Entendo, de forma oposta ao que está em projeto, que a questão deve aumentar rigores e não abrir portas a normatizações que possam causar danos a todos, inclusive ao próprio Poder Público.

(\*) é contador e escritor

## CFC INTERNET

## Rede Governo é fonte de informações para contabilistas

Os contabilistas estão entre os principais usuários da Rede Governo, o portal que concentra todo o conteúdo de serviços do Governo Federal ([www.redegoverno.gov.br](http://www.redegoverno.gov.br)).

A constatação é de uma pesquisa da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação, ligada ao Ministério do Planejamento. A Rede Governo e os sites ComprasNet, Governo Eletrônico, Brasil Transparente e Infraestrutura Brasil são alguns dos projetos de governança eletrônica impulsionados pelo Comitê Executivo Governo Eletrônico, que tem como presidente o ministro-chefe da Casa Civil, Pedro Parente.

O Portal Rede Governo disponibiliza mais de 800 serviços interativos e 4.200 itens de informação na esfera federal. O aumento de conteúdo reflete diretamente na



audiência do portal. De setembro para cá o número de páginas vistas passou de 4 para 16 milhões por

mês. A Rede Governo vai oferecer já em abril 12 mil links, graças à inclusão de serviços dos estados (São Paulo,

Rio de Janeiro, Bahia, Rio Grande do Sul, Pernambuco e Pará) e das principais capitais brasileiras.

**PARCERIAS** - Boa parte do aumento da audiência da Rede Governo também se deve às parcerias com os principais portais brasileiros. Uol, IG, Via.Networks, MSN, América Online, Banco do Brasil, ShopFácil, InvestShop e outros 150 sites de todo o país instalaram a "Caixa de Busca Rede Governo", que permite aos usuários desses sites acesso direto às informações do governo brasileiro.

O secretário de Logística e Tecnologia da Informação, Solon Lemos Pinto, fala com entusiasmo dessas parcerias: "Este projeto representa uma revolução no processo de universalização do acesso on-line a serviços de utilidade pública".

**CFC EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA****Novos conhecimentos com fácil acesso e baixo custo**

O Conselho Federal de Contabilidade está implantando um projeto de Educação a Distância (EAD) no Sistema CFC/CRCs com o objetivo de ajudar os contabilistas brasileiros a atualizarem seus conhecimentos. Com uma melhor formação profissional, o contabilista ficará mais apto a conseguir bons empregos. A Educação a Distância faz parte do projeto de Educação Continuada levada a efeito pelo CFC em todas as áreas de atuação da entidade.

A EAD vai oferecer aos profissionais contábeis uma melhor qualificação técnica, com fácil acesso e baixo custo. Ainda neste mês de abril, CFC e CRCs, em reunião que está sendo marcada para Brasília, vão definir quais os treinamentos que serão oferecidos aos contabilistas e de que maneira este serviço será disponibilizado para o profissional.

**GLOBALIZAÇÃO** - O fato de gerar a necessidade deste programa foi o próprio termômetro do mercado mundial: a economia que a cada dia fica mais globalizada, exigindo do profissional, de qualquer área, novos conhecimentos, novas experiências. O Brasil ainda não tem a cultura da EAD, mas a tecnologia que chega ao país, vinda de países como a Inglaterra, por exemplo, é fácil de ser assimilada e

implantada. Os ingleses têm a experiência da EAD desde 1971, quando um programa deste tipo foi inaugurado na Open University (Universidade Aberta de Londres).

O Ministério da Educação já deu um grande passo no sentido de regulamentar os cursos oferecidos pela EAD. Cinco dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96) já originaram os Decretos 2.494/98 e 2.561/98 e a Portaria 301/98. Até então, os cursos via EAD não tinham efeito legal. Agora, a história é diferente e estudantes e profissionais de todo o país já podem se beneficiar desta forma de ensino que possibilita a auto-aprendizagem, com a mediação de recursos didáticos sistematicamente organizados.

**ANTENAS PARABÓLICAS** - Algumas instituições brasileiras já oferecem, com o apoio do Conselho Nacional de Educação (MEC), cursos de graduação e até de pós-graduação. Esta também é uma forma de as empresas oferecerem atualização de conhecimentos a seus funcionários sem que eles precisem sair da própria



empresa. Inicialmente, a empresa DTCON está instalando antenas parabólicas da EAD na sede do CFC, em Brasília, e em 11 CRCs: Alagoas, Ceará, Espírito Santo, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Paraná, Rio Grande do Sul, Rondônia, Santa Catarina e São Paulo. Até o final do ano, a empresa terá instalado antenas em todos os CRCs do país. A antena tem 90cm de diâmetro e pesa 17

quilos. Para o presidente do CFC, José Serafim Abrantes, "com a implantação deste projeto, a classe contábil dá um grande passo para a mudança da sua história, e até mesmo de seus clientes. Estamos começando um novo milênio com o que há de mais novo em tecnologia de educação, que certamente irá contribuir para dar à nossa classe o apoio e o destaque que merece".

**CFC EDUCAÇÃO CONTINUADA****Comissão de Ensino analisa cursos criados pelo MEC**

O CFC não deverá aceitar o registro dos alunos formados pelos cursos técnicos em Contabilidade implantados recentemente pelo governo federal. Segundo o coordenador da Comissão de Acompanhamento do Ensino na Área Contábil, do Conselho Federal de Contabilidade, contador Francisco de Assis Azevedo Guerra, do CRCPB, os cursos aprovados pela Resolução MEC 499/99, com 800 (oitocentas) horas-aula e um ano de duração, contrariam a lei anterior, que criou os cursos já existentes (com 2.200 horas-aula).

Por essa razão, a Comissão de Ensino deverá recomendar ao CFC que não aceite os registros desses formandos. Também por esbarrarem na legislação contábil, os cursos sequenciais criados pelo governo federal também não serão aceitos pelo CFC.

**CURSO SEQUENCIAL** - A Comissão do CFC ouviu exposição da professora Abigail França Ribeiro, de Belo Horizonte - MG, sobre os cursos

sequenciais, que são de nível superior e têm apenas um ano de duração. O contador Guerra achou boa a exposição de motivos da professora, mas, reafirmou, que a aceitação do registro desses alunos esbarraria na legislação contábil. "A nossa recomendação é que esses alunos façam um curso de graduação normal se quiserem fazer o Exame de Suficiência", disse Guerra.

A Comissão de Ensino foi constituída pelo CFC em fevereiro do ano passado, com o objetivo de sugerir adaptações do ensino contábil à Lei de Diretrizes e Bases da Educação, do governo federal. A Comissão é formada por dois membros do CRCSP, dois do CRCRJ, um do CRCMG, um do CRCRS, um do CRCAL e um do CRCPB.

**AUDIÊNCIA** - O Presidente do Conselho Federal de Contabilidade, José Serafim Abrantes, tem uma audiência marcada com o ministro da Educação, Paulo Renato, no próximo mês de maio. Os assuntos em discussão na Comissão



Reunião da Comissão de Ensino do CFC, em Brasília; no destaque, o coordenador da Comissão, contador Francisco de Assis Azevedo Guerra, do CRCPB

de Ensino do CFC certamente serão relatados ao ministro da Educação.

O presidente Serafim disse ao **Jornal do CFC** que não vai medir esforços para fazer as adaptações necessárias do ensino contábil à Lei de Diretrizes e Bases da

Educação. As reuniões realizadas pela Comissão de Ensino do Conselho Federal de Contabilidade estão sendo acompanhadas de perto pelo próprio presidente Serafim, já que o trabalho faz parte do programa Educação Continuada.

**CFC** EXPOSIÇÕES**Galeria de Arte do CFC elabora calendário para 2001**

A Galeria de Arte do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), inaugurada em 1996, está elaborando o calendário de exposições para 2001.

A Galeria funciona no segundo e terceiro andares do prédio-sede do CFC, em Brasília, no Setor de Autarquias Sul. Os artistas interessados em expor os seus trabalhos nesse espaço devem encaminhar, o mais breve possível, portfólio para apreciação do Conselho Curador.

Aprovada a exposição, o CFC cede o direito de uso da Galeria de Arte durante duas semanas, sem custo algum.

Os artistas selecionados ainda

recebem apoio logístico, desde a montagem da mostra e confecção de convites à divulgação do evento na mídia impressa e eletrônica.

Os interessados devem enviar o portfólio de trabalhos no seguinte endereço: SAS Quadra 5 Bloco J Edifício CFC, 9º andar, Departamento de Comunicação Social, telefone 314-9689.

Vários artistas de renome nacional e internacional já mostraram seus trabalhos na Galeria de Arte do CFC, entre eles, Athos Bulcão e Tarciso Viriato.



Galeria de Arte do CFC: Calendário

**CFC** LANÇAMENTOS**Glossário de Contabilidade de Gestão**

O contador e professor espanhol Jesús Lizcano Álvarez acaba de lançar no mercado o livro "Glossário Iberoamericano de Contabilidade de Gestão". É mais uma contribuição para facilitar a compreensão de estudantes e profissionais a respeito de termos comuns utilizados nos países de línguas portuguesa e espanhola.

O autor da obra é presidente da Comissão de Contabilidade de Gestão da Associação Espanhola de Contabilidade e Administração de Empresas (AECA) e professor catedrático de Economia Financeira e Contabilidade da Universidade Autônoma de Madri.

Segundo ele, o glossário tem o objetivo de promover o conhecimento mútuo entre os diversos países que constituem o mundo ibero-americano. As terminações e vocábulos presentes no livro são os mais significativos e os mais utilizados no âmbito da Contabilidade interna das empresas, com uma explicação detalhada sobre o significado e o conteúdo de cada um deles.



Este glossário, explicou o professor Álvarez, é uma primeira versão básica, que será ampliada e enriquecida com o surgimento de novas expressões contábeis. O livro, já nas livrarias brasileiras, está escrito em espanhol e foi editado pela AECA e Associação Interamericana de Contabilidade (AIC).

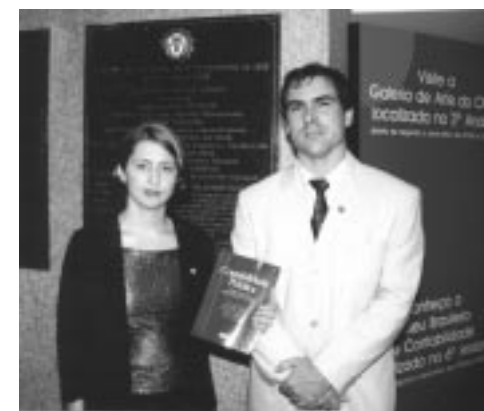
**Linguagem didática para o estudante**

Os contadores Róbison Gonçalves de Castro e Diana Vaz de Lima lançaram na sede do CFC, em Brasília, no dia 14 de março, o livro "Contabilidade Pública - Integrando União, Estados e Municípios", pela Editora Atlas.

A novidade da obra é a linguagem didática e de fácil assimilação adotada pelos autores. O livro é dirigido principalmente aos estudantes universitários. "De um modo geral, a linguagem contábil é um pouco árida. A nossa intenção, com este livro, é ajudar os estudantes a entenderem melhor aquilo que estão estudando", afirmou Róbison.

Além disso, o livro traz um dicionário de termos contábeis e, no final de cada capítulo, um resumo com principais itens tratados.

Outra novidade nesta obra são os índices para análise de balanços do setor público. "Adotamos uma metodologia específica para que o leitor possa fazer uma leitura mais fácil desses balanços e, assim, poder avaliar, por exemplo, a



Diana Vaz de Lima e Róbison Gonçalves de Castro

situação financeira de uma prefeitura", explicou o contador Róbison Gonçalves de Castro.

O livro foi lançado no auditório do andar térreo do CFC, com a presença de contabilistas do Conselho e de Brasília. Durante lançamento, os autores explicaram que o livro está à disposição dos interessados em livrarias técnicas de todo o país. Pode ser conseguido também por reembolso postal. Basta ligar para (61) 343-1267 ou 343-1397.

**CFC** INVESTIMENTO**BID apóia projetos para educação e controle de qualidade da AIC**

Antonio Carlos Nasi, presidente da AIC

A Associação Interamericana de Contabilidade (AIC) obteve apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para o financiamento de projetos vinculados à educação e ao controle de qualidade do trabalho contábil nos 21 países latino-americanos associados à AIC. O apoio do BID aos projetos da AIC foi relatado pelo contador Irineu De Mula, representante do Conselho Federal de Contabilidade no seminário "Um novo olhar sobre o mercado de capitais da América Latina e do Caribe", promovido pelo BID em Washington – EUA, em fevereiro deste ano.

**CONTROLE DE QUALIDADE** - Irineu De Mula e o presidente da AIC, o brasileiro Antonio Carlos Nasi, mantiveram audiências com o chefe da Divisão de Infraestrutura e Mercado Financeiro do BID, Pietro Masci; e com o chefe do Setor de Desenvolvimento e de Auditoria Externa do banco, Dagoberto Antonio Rodoschi. Segundo De Mula, os diretores do banco apoiaram os objetivos da AIC "hoje representados pela necessária implementação de um efetivo e uniforme programa de controle de qualidade nos trabalhos dos auditores".

O contador De Mula explicou ainda que a tramitação do pedido da AIC ao BID será acompanhada detalhadamente e as informações sobre a evolução do processo serão dadas, em primeira mão, ao Conselho Federal de Contabilidade.



Contador Irineu De Mula